



NATHÁLIA RODRIGUES DA SILVA

**A EFICÁCIA DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS NO SETOR PRÉ-
PROCESSUAL NOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA (CEJUSC's)**

São Lourenço/MG

2023



NATHÁLIA RODRIGUES DA SILVA

**A EFICÁCIA DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS NO SETOR PRÉ-
PROCESSUAL NOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA (CEJUSC's)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado pela aluna Nathália Rodrigues
da Silva como requisito para obtenção do
título de Bacharel, do Curso de Direito, da
Faculdade de São Lourenço.

Orientador: Professor Me. Leandro Abdalla
Ferrer

São Lourenço/MG

2023

A Eficácia dos Métodos Autocompositivos no Setor Pré- Processual nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

Nathália Rodrigues da Silva¹

Leandro Abdalla Ferrer²

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar a eficácia dos métodos autocompositivos em relação ao Setor Pré-Processual nos CEJUSC's. Os métodos autocompositivos são utilizados como uma forma alternativa de resolução de conflitos, haja vista que nem tudo precisa ser judicializado. Nesse contexto, com a criação dos CEJUSC's pelo Conselho Nacional de Justiça, esses métodos são utilizados como instrumento para a solução da controvérsia apresentada, de modo que os acordos realizados no Setor Pré-Processual desses Centros são homologados, valendo como título executivo judicial.

A fim de atingir os objetivos supramencionados adota-se a abordagem quantitativa, utilizando-se como amostra os municípios do Estado de Minas Gerais, os quais possuem o CEJUSC. Recorrendo-se ainda, à legislação, jurisprudência e doutrina para a fundamentação e embasamento da pesquisa.

Embora o CEJUSC esteja em constante desenvolvimento, e tratar-se de um setor novo, havendo certa instabilidade no que tange à quantidade de audiências realizadas, bem como acordos celebrados, com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise de dados estatísticos dos anos de 2019 a agosto de 2022, restou demonstrado que os métodos autocompositivos aplicados no Setor Pré-Processual do CEJUSC no Estado de Minas Gerais são eficazes, possuindo uma porcentagem de efetividade acima da média.

¹ Aluna do Curso de Direito pela Faculdade de São Lourenço. E-mail: nathalia965@gmail.com;

² Mestre em Direito. Especialista em Direito. Advogado. Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE. E-mail: leferrer13@yahoo.com.br.

Palavras chave: Métodos autocompositivos, CEJUSC, eficácia, dados estatísticos, acesso à justiça, Setor Pré-Processual.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the effectiveness of self-compositional methods in relation to the Pre-Procedural Sector in CEJUSC's. Self-compositional methods are used as an alternative form of conflict resolution, since not everything needs to be judicialized. In this context, with the creation of the CEJUC's by the National Council of Justice, these methods are used as an instrument for the resolution of the controversy presented, so that the agreements made in the Pre-Procedural Sector of these Centers are approved, valid as a judicial enforcement title.

During the research, from the analysis of statistical data from the years 2019 to August 2022, it was demonstrated that CEJUSC is in constant development, and because it is a new sector there is some instability regarding the number of hearings held, as well as agreements concluded. In order to achieve the aforementioned objectives, the quantitative approach is adopted, using as a sample the municipalities of the State of Minas Gerais, which have the CEJUSC. Also resorting to legislation, jurisprudence and doctrine for the foundation and basis of the research.

Keywords: Self-composed methods, CEJUSC, effectiveness, statistical data, access to justice, Pre-Procedural Sector.

1. INTRODUÇÃO

A conciliação, mediação e transação são métodos autocompositivos e estão presentes extra e judicialmente, sendo que no primeiro caso impedirá o ajuizamento de uma ação para resolver o litígio. Ademais, a própria legislação incentiva essa forma de solução de conflito, determinando a realização de pelo menos 2 (duas) tentativas de conciliação ao longo do processo, uma delas está regulamentada pelo inciso VII do artigo 319 do Código de Processo Civil (CPC), sendo que a não

realização dessa é exceção à regra, devendo ser fundamentada e consentida por ambas as partes.

Da mesma forma, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) criado pelo Conselho Nacional de Justiça atua, principalmente, em seu Setor Pré-Processual, para a resolução consensual dos conflitos de interesses. Isso porque a partir desse Setor é possível ingressar com uma reclamação pré-processual, objetivando a realização de um acordo para posterior homologação do Juiz Coordenador do CEJUSC, o que dispensa o ajuizamento de uma ação para resolver o imbróglio entre as partes, auxiliando ativamente na diminuição da judicialização.

A partir disso, é de suma importância a verificação da eficácia dos métodos autocompositivos no Setor Pré-Processual dos CEJUSC's, utilizando como objeto de estudo os Centros instalados no Estado de Minas Gerais, visando, através de dados estatísticos demonstrar sua efetividade ou não.

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA CONCILIAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) em seu artigo 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito (BRASIL, 1988).

Embora o pensamento tradicional de que os litígios devem percorrer o caminho do Poder Judiciário, há novas possibilidades que se apresentam a fim de solucionar os conflitos de interesse. Para isso, a doutrina divide o campo de análise em Autotutela e Autocomposição.

A autotutela configura a forma mais primitiva de solução de conflitos. Esse instituto consiste no sacrifício integral do interesse de uma das partes envolvidas, pela autotutela a força da parte vencedora é imposta, resultando na imposição de sua vontade (NEVES, 2018). Portanto, com base na autotutela, não há um consenso entre as partes, de modo que a força de uma sobrepõe-se em desfavor da outra, o que não é justo e nem proporcional.

Em contrapartida, a autocomposição é uma modalidade de solução de litígios “[...] sem a interferência da jurisdição, estando fundada no sacrifício integral ou

parcial do interesse das partes envolvidas no conflito, mediante a vontade unilateral ou bilateral de tais sujeitos” (NEVES, 2018).

De acordo com o autor (2018, p. 63):

A autocomposição é um gênero, do qual são espécies a transação - a mais comum -, a submissão e a renúncia. Na transação há um sacrifício recíproco de interesses, sendo que cada parte abdica parcialmente de sua pretensão para que se atinja a solução do conflito. Trata-se do exercício de vontade bilateral das partes, visto que quando um não quer dois não fazem a transação. Na renúncia e na submissão o exercício de vontade é unilateral, podendo até mesmo ser consideradas soluções altruístas do conflito, levando em conta que a solução decorre de ato da parte que abre mão do exercício de um direito que teoricamente seria legítimo. Na renúncia, o titular do pretense direito simplesmente abdica de tal direito, fazendo-o desaparecer juntamente com o conflito gerado por sua ofensa, enquanto na submissão o sujeito se submete à pretensão contrária, ainda que fosse legítima sua resistência.

É importante salientar que a transação, a renúncia e submissão podem ser consideradas formas de equivalentes jurisdicionais, haja vista que podem se dar dentro de um processo. A submissão é também conhecida como reconhecimento jurídico do pedido, já a transação e a renúncia continuam com a mesma nomenclatura. Dessa forma, quando as partes realizam uma transação para pôr fim à demanda, o juiz homologa este acordo, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC). Essa sentença que colocou fim à demanda, gerará a coisa julgada material, uma vez que obteve-se a autocomposição em decorrência da vontade das partes (NEVES, 2018).

Em que pese alguns conflitos terem que tramitar perante o judiciário, o Novo Código de Processo Civil (NCPC) e a própria doutrina civilista, defendem a ideia da utilização dos meios alternativos de solução de conflitos. Portanto, entendeu-se que a jurisdição só deve ser provocada como último meio, ou *ultima ratio*, devendo-se utilizar outros meios para a obtenção da pacificação social. Isso porque pretende-se resolver o conflito de forma menos desgastante e morosa, haja vista que a efetivação de um acordo é mais célere do que a tramitação de um processo no Judiciário, pois este deve-se seguir um rito e está sujeito à espera de uma decisão do juízo, o que pode demorar meses e até anos, devido ao grande número de processos pendentes de julgamento.

A conciliação, considerada um método autocompositivo, é muito utilizada desde os primórdios da humanidade, apesar de ao longo dos anos ter sofrido algumas mudanças. Esse instituto era aplicado na Grécia Antiga “[...] tanto em Atenas, quanto nas demais repúblicas helênicas, os árbitros primeiramente tentavam uma conciliação, adotando na íntegra o que era alegado pelas partes, e, quando esta era infrutífera, era sentenciada a decisão” (SILVA, 2005, p. 10, apud LIMA, 2021, p. 11). Outrossim, na conciliação há a atuação de um terceiro, também chamado de conciliador que facilitará o diálogo entre as partes, bem como poderá sugerir soluções para o conflito, o que diferencia esse instituto dos demais que serão abordados neste trabalho.

Atualmente, a conciliação está presente dentro e fora do Poder Judiciário, de modo que as partes podem compor um acordo extrajudicialmente ou durante um processo na audiência de conciliação, assim como na audiência de instrução e julgamento, no momento em que o juiz inicia a audiência perguntando se há possibilidade de um acordo. Isso porque o próprio CPC traz em seus dispositivos legais a obrigatoriedade desses momentos ao longo da demanda judicial, na melhor forma do artigo 319, inciso VII e 359, do CPC.

3. OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS

A jurisdição é uma atividade exercida pelo Estado cujo objetivo é a entrega da prestação jurisdicional. Ademais, sua principal característica é a inércia, isto é, ela deve ser provocada por quem possuir interesse e legitimidade, não podendo o juiz agir de ofício.

Ademais, nos últimos tempos tem-se buscado maior celeridade e formas alternativas de solução de conflitos, de modo que foram feitas várias modificações em diversos diplomas legais. Segundo Humberto Theodoro Júnior (2014, p. 128):

Vários são os expedientes a que recorrem os legisladores reformistas, podendo-se ressaltar, no entanto, a recorrente perseguição a duas metas: a desburocratização do processo, para reduzir sua duração temporal, e a valorização de métodos alternativos de solução de conflito, dentre os quais se destaca a conciliação (seja judicial ou extrajudicial).

De acordo com o autor supracitado todos os países ocidentais com raízes romanas estão buscando uma maior modernidade no que tange ao ordenamento

jurídico, visando deixar para trás o pensamento demasiadamente individualista e pouco centralizado no resultado útil e prático da prestação jurisdicional. Tendo em vista que nesse momento perde força a ideia de um processo somente baseado na legalidade, passando a priorizar a garantia de um processo justo.(THEODORO JÚNIOR, 2014).

Entretanto, ela não é a única opção para a solução de uma pretensão resistida, uma vez que os métodos autocompositivos podem ser utilizados como um meio eficaz de litígios, sendo inclusive, em alguns casos, a forma mais adequada de resolução de conflitos.

Podemos obter a autocomposição através do instituto da conciliação, mediação e transação. Na transação há concessões advindas das duas partes, visando resolver a controvérsia entre eles, podendo ocorrer antes da propositura da ação ou no curso dela. No primeiro caso obsta a abertura de um processo para resolver a lide, já no segundo, resolve o feito com solução de mérito, sendo o acordo apenas homologado pelo juiz. (THEODORO JÚNIOR, 2014). Ainda sobre o assunto, o autor Daniel Amorim Assumpção Neves em seu livro Manual de Direito Processual Civil (2017, p.64).

Atualmente nota-se um incremento na autocomposição, em especial na transação, o que segundo parcela significativa da doutrina representa a busca pela solução de conflitos que mais gera a pacificação social, uma vez que as partes, por sua própria vontade, resolvem o conflito e dele saem sempre satisfeitas.

Já a conciliação nada mais é que a transação obtida em juízo, havendo a intervenção de um terceiro, conforme mencionado anteriormente, esse terceiro pode ser o conciliador na audiência inicial, após a citação, ou o próprio juiz antes de iniciar a instrução da causa. Após a realização do acordo, lavra-se o termo e o juiz profere sentença homologatória, extinguindo o processo com resolução de mérito.

A mediação difere-se da conciliação no que tange a atuação do terceiro na resolução do conflito entre as partes, uma vez que diferente do conciliador, o mediador não propõe soluções às partes. Isso porque sua função primordial é fazer com que elas próprias cheguem, a partir de um diálogo, a um consenso e assim coloquem fim à lide. Ademais, outro aspecto diverso entre esses institutos é o fato de a conciliação ser indicada para casos em que não há uma relação continuada entre as partes, de forma que seu único vínculo é a própria lide em que se encontram, por outro lado, a mediação é indicada para situações em que há um

vínculo permanente entre os indivíduos, como por exemplos, as ações de família. (NEVES, 2017).

Nesse contexto, o Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispõe:

Apesar de o mediador exercer influência sobre a maneira de se conduzir as comunicações ou de se negociar, as partes têm a oportunidade de se comunicar diretamente, durante a mediação, da forma estimulada pelo mediador. (CNJ, 2016).

Embora a doutrina majoritária considere a mediação como um método autocompositivo, há pensamento divergente, como é o caso do doutrinador Daniel Amorim Assumpção Neves, conforme observa-se abaixo:

A mediação é forma alternativa de solução de conflitos fundada no exercício da vontade das partes, o que é o suficiente para ser considerada espécie de forma consensual do conflito, mas não deve ser confundida com a autocomposição. (NEVES, 2017, P. 64).

Destarte, apesar do pensamento divergente do doutrinador supracitado, adota-se o pensamento majoritário, sendo a mediação um grande instrumento de autocomposição juntamente com a conciliação e a transação. Além disso, vale salientar que a aplicação desses métodos observa e atende o Princípio do Acesso à Justiça, haja vista que utilizando-os o jurisdicionado obtém sua tutela jurisdicional de forma mais célere e efetiva.

4. DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

O Princípio do Acesso à Justiça é também conhecido como Princípio Inafastabilidade da Jurisdição.

O artigo 5º da CRFB em seu inciso XXXV assevera que o Poder Judiciário não excluirá de sua apreciação lesão ou ameaça a direito, desse modo, é possível verificar a incidência do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição. Esse princípio garante não só a análise do judiciário, como também a entrega da prestação jurisdicional pertinente ao caso concreto apresentado.

Assim, é possível dizer que este princípio traduz, em sentido amplo, o direito de ação do jurisdicionado, uma vez que o Poder Judiciário não pode recusar-se a dar uma devolutiva a respeito dos requerimentos feitos a ele, mesmo que haja uma lacuna legislativa, devendo, nesse caso o magistrado valer-se de outros instrumentos para chegar a um julgamento, como por exemplo, os princípios, a analogia, os costumes, a jurisprudência. Vale mencionar que tais instrumentos podem ser aplicados em diversas áreas do Direito.

É possível verificar a utilização do Princípio da Unirrecorribilidade como fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a fim de resolver a controvérsia, segundo jurisprudência abaixo:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DOIS RECURSOS PROTOCOLIZADOS. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NA FORMA DO CPC E DO RISTJ. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NA FORMA DO CPC E DO RISTJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 12, § 2º, DA LEI N. 7.347/85. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A interposição de dois recursos pela mesma parte contra o mesmo ato judicial inviabiliza o conhecimento daquele protocolizado por último, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. O relator no STJ está autorizado a proferir decisão monocrática, que fica sujeita à apreciação do respectivo órgão colegiado mediante a interposição de agravo regimental, não havendo violação do princípio da colegialidade (arts. 932, III, do CPC e 34, XVIII, a e b, do RISTJ).

3. A execução provisória de astreintes em ação civil pública é expressamente vedada pelo art. 12, § 2º, da Lei n. 7.347/1985, de modo que é inviável a determinação de bloqueio ou depósito judicial da multa cominatória por possuir natureza jurídica de ato executório.

4. Agravo interno desprovido. (REsp 1795403 / RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 14.08.2023).

Da mesma forma, o Superior Tribunal Federal (STF) julgou utilizando-se da analogia em um agravo regimental em recurso extraordinário com agravo em um processo de Execução Penal, conforme vê-se a seguir:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. LEI 13.964/2019. PROGRESSÃO DE REGIME. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANALOGIA IN BONAM PARTEM. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 1.327.963/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, examinou a repercussão geral da questão constitucional discutida nestes autos, fixando a seguinte tese de julgamento: “Tendo em vista a legalidade e a

taxatividade da norma penal (art. 5º, XXXIX, CF), a alteração promovida pela Lei 13.964/2019 no art. 112 da LEP não autoriza a incidência do percentual de 60% (inc. VII) aos condenados reincidentes não específicos para o fim de progressão de regime. Diante da omissão legislativa, impõe-se a analogia in bonam partem, para aplicação, inclusive retroativa, do inciso V do artigo 112 (lapso temporal de 40%) ao condenado por crime hediondo ou equiparado sem resultado morte reincidente não específico.” 2. O acórdão recorrido está alinhado com as diretrizes fixadas pela orientação do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Precedente específico: ARE 1.384.388-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1391514 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 10.11.2022)

É importante salientar que a analogia, no Direito Processual Penal, só poderá ser utilizada em benefício do réu, de forma que não poderá agravar sua situação, como explicitado na ementa supracitada.

Ademais, o jurista Elpídio Donizetti Nunes em seu livro “Curso de Direito Processual Civil” conceitua tal princípio como:

A indeclinabilidade ou inafastabilidade traduz a garantia de ingresso em juízo e conseqüente análise da pretensão formulada; isto é, o órgão jurisdicional constitucionalmente investido de jurisdição, uma vez provocado, não pode delegar ou recusar-se a exercer a função de dirimir os litígios. Mesmo quando não existir norma geral e abstrata sobre o direito material em discussão, o Estado-juízo não pode se furtar à prestação jurisdicional, podendo recorrer a outras fontes do direito que não a lei para solucionar o conflito. (2020, p. 125)

Não obstante a observância desse princípio, o juiz pode deixar de apreciar uma demanda se ausente alguma condição da ação, como falta de interesse e legitimidade da causa ou outro requisito processual, o que não viola o Princípio do Acesso à Justiça. A título de exemplo vale citar a obrigatoriedade do indeferimento administrativo nas demandas previdenciárias, consoante a ementa do Agravo de Instrumento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - SERVIDORA PÚBLICA - AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - TEMA Nº 350 DE REPERCUSSÃO GERAL DO COL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ART. 129-A, INCISO II, ALÍNEA 'A' DA LEI Nº 8.213/1991 - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DEMONSTRADO - INTERESSE DE AGIR - CONFIGURADO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

-Em se tratando de demanda que tem por objeto a concessão de benefício previdenciário, o col. Supremo Tribunal Federal, em julgamento submetido ao rito da Repercussão Geral (Tema nº 350), fixou tese no sentido de que "a concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise".

-Tendo em vista o indeferimento prévio, no âmbito administrativo, acerca do pleito da autora, resulta configurado o interesse de agir, porquanto evidenciado o cumprimento do art. 129-A, inciso II, alínea 'a' da Lei nº 8.213/1991, e, por conseguinte, a manutenção da r. decisão agravada é medida que se impõe. (Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.23.010153-7/002, Rel. Desa. Yeda Athias, j. 25.07.2023).

Outrossim, é importante salientar que os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) são um claro exemplo de aplicação do Princípio do Acesso à Justiça, haja vista a atuação do setor nas demandas pré-processuais, as quais possibilitam que os cidadãos ingressem com reclamações pré-processuais a fim de participar de uma audiência de conciliação com a outra parte, buscando resolver seu problema de forma consensual e sem a necessidade de ajuizar uma ação.

Dessa forma, o Setor Pré-Processual do CEJUSC's democratizou o acesso à justiça de modo que qualquer pessoa pode ir até o posto de atendimento de sua cidade ou região mais próxima e ser atendido, bem como agendar uma sessão de conciliação, sendo que o termo de acordo lavrado em audiência será posteriormente homologado pelo Juiz Coordenador competente, constituindo um título executivo judicial, o qual será passível de execução nos Juizados Especiais, por exemplo.

5. A EFETIVIDADE DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS NO SETOR PRÉ PROCESSUAL NOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC's) NO ESTADO DE MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 2019 A 2022.

A Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu artigo 8º determina a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) pelos tribunais, visando a realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, assim como o atendimento e orientação ao cidadão. Ademais, a Resolução nº 873 de 2018 regulamentou a instalação desses Centros, o artigo 25 desta resolução dispõe acerca da subdivisão existente no CEJUSC, sendo essas: Setor Pré-Processual, Setor Processual e Setor Cidadania.

O Setor Processual abrange a realização das audiências de conciliação atinentes a processos, em observância ao artigo 334 do Código de Processo Civil (CPC). Já o Setor Pré-Processual diz respeito à distribuição de reclamações pré-processuais, bem como, posteriormente, às audiências de conciliação referentes a

essas reclamações. Por fim, o Setor Cidadania dedica-se ao atendimento e orientação do cidadão.

É importante salientar que a implementação do Setor Pré-Processual visa a desjudicialização e o desafogamento do Poder Judiciário, haja vista que a homologação de um acordo nesse setor constitui título executivo e obsta o ajuizamento de um processo de conhecimento para a mesma causa de pedir.

Nesse sentido, é de suma importância a análise no que tange à efetividade dos métodos autocompositivos no Setor Pré-Processual, o qual compõe o CEJUSC. Dessa forma, faz-se mister a utilização dos dados estatísticos disponibilizados para consulta pública no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, destacando que o objeto de estudo será as estatísticas referentes ao ano de 2019 a 31 de agosto de 2022.

Iniciando-se com o ano de 2019 foi possível observar, conforme tabela demonstrativa, que de 64.470 (sessenta e quatro mil e quatrocentos e setenta) audiências de conciliação realizadas, 45.470 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e setenta) obtiveram acordo, tendo um percentual de 70.53% (setenta vírgula cinquenta e três por cento) de efetividade.

2019		TOTAL CEJUSC Minas Gerais														
		jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	TOTAL (Σ)	MÉDIA (Σ)	(%) Acordado
Mediação Pré-processual	Agendado	452	879	747	802	690	571	869	768	839	882	990	709	9.198	766,50	72,65%
	Realizado	72	261	257	370	248	238	297	238	442	428	324	146	3.321	276,78	
	Acordado	50	197	196	232	198	185	227	190	255	332	242	109	2.413	201,08	
Mediação Processual	Agendado	142	494	552	774	703	755	607	748	833	624	805	653	7.690	640,83	50,75%
	Realizado	50	240	243	387	383	307	264	305	365	313	404	327	3.588	299,00	
	Acordado	28	115	112	194	191	158	141	153	199	156	202	172	1.821	151,75	
Conciliação Pré-processual	Agendado	5.330	13.356	6.229	5.168	7.793	8.208	7.162	7.908	8.520	7.747	20.391	6.064	103.876	8.656,33	70,53%
	Realizado	4.168	9.988	4.337	3.127	5.241	5.981	4.111	4.875	5.215	5.089	8.995	3.343	64.470	5.372,50	
	Acordado	3.787	8.728	3.649		3.632	2.786	2.891	3.864	3.545	3.549	6.557	2.482	45.470	3.789,17	
Conciliação Processual	Agendado	5.176	14.605	14.479	14.472	15.414	14.160	14.303	16.103	16.361	15.431	20.819	10.854	172.177	14.348,08	44,61%
	Realizado	3.377	9.576	8.913	9.028	9.620	9.076	9.331	10.535	10.489	10.178	14.094	7.002	111.219	9.268,25	
	Acordado	1.474	4.271	3.985	4.120	4.634	4.155	4.056	4.976	4.811	4.341	5.943	2.846	49.612	4.134,33	
CEJUSCS INSTALADOS		140	140	140	140	145	146	150	154	155	159	159	159			

Em 2020 o cenário mudou, haja vista que diminuíram as audiências realizadas, o que refletiu diretamente no número de acordos, portanto, foram realizadas 22.103 (vinte e duas mil e cento e três) audiências, atingindo o resultado de 13.626 (treze mil e seiscentos e vinte e seis) acordos lavrados, o que equivale 61,6% (sessenta e um vírgula seis por cento), nos termos da tabela a seguir.

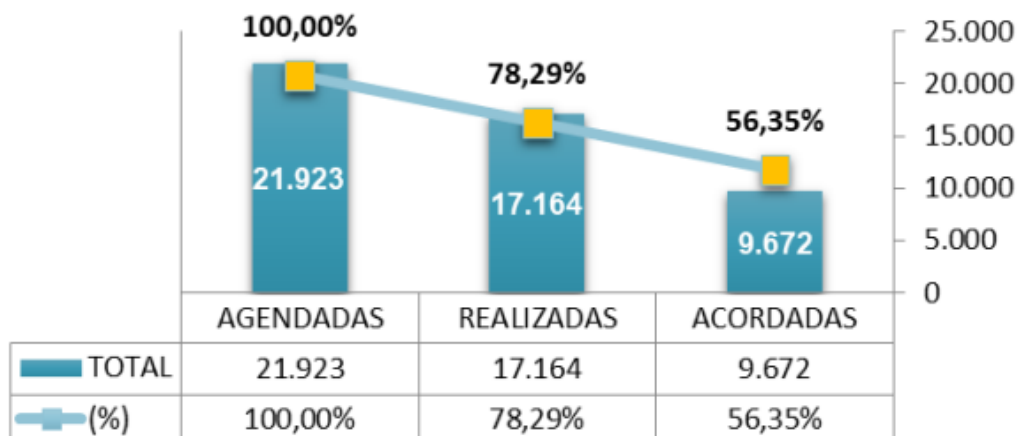
2020		TOTAL CEJUSC Minas Gerais													TOTAL (Σ)	MÉDIA (x̄)	(%) Acordado
		jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL (Σ)	MÉDIA (x̄)	(%) Acordado	
Mediação Pré-processual	Agendado	372	654	777	463	426	462	528	370	730	799	852	852	7.285	607,08	72,89%	
	Realizado	81	299	206	0	17	11	50	113	88	125	139	140	1.269	105,75		
	Acordado	64	217	123	0	13	11	48	84	75	100	98	92	925	77,08		
Mediação Processual	Agendado	377	438	306	9	22	85	111	255	200	292	229	163	2.487	207,25	45,05%	
	Realizado	144	224	127	0	1	1	19	91	89	132	113	100	1.041	86,75		
	Acordado	61	102	65	0	1	0	10	40	55	56	45	34	469	39,08		
Conciliação Pré-processual	Agendado	4.540	5.509	3.781	882	415	587	635	1.164	1.367	1.509	2.266	7.820	30.475	2.539,58	61,65%	
	Realizado	2.897	3.480	2.569	829	387	546	576	970	1.106	1.169	1.678	5.896	22.103	1.841,92		
	Acordado	2.152	2.510	1.292	187	282	402	442	751	880	893	1.162	2.673	13.626	1.135,50		
Conciliação Processual	Agendado	5.687	12.661	8.227	1.287	812	634	947	2.476	5.194	6.213	8.910	8.094	61.142	5.095,17	42,45%	
	Realizado	3.797	8.592	5.088	401	168	419	623	1.563	3.455	4.394	6.077	5.662	40.239	3.353,25		
	Acordado	1.631	3.671	2.113	159	42	158	215	595	1.519	1.975	2.651	2.352	17.081	1.423,42		
CEJUSCS INSTALADOS		161	166	168	170	172	190	191	192	194	196	204	208				

Já o ano de 2021 sofreu uma pequena melhora em relação ao número de acordos, sendo estes 11.168 (onze mil cento e sessenta e oito) em vista de 16.054 (dezesseis mil e cinquenta e quatro) audiências realizadas, perfazendo 69,57% (sessenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento), como pode-se verificar abaixo.

2021		TOTAL CEJUSC Minas Gerais													TOTAL (Σ)	MÉDIA (x̄)	(%) Acordado
		jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	TOTAL (Σ)	MÉDIA (x̄)	(%) Acordado	
Mediação Pré-processual	Agendado	125	276	163	210	356	321	614	305	349	204	319	152	3.394	283	74,70%	
	Realizado	43	97	74	58	129	99	85	90	139	153	241	116	1.324	110		
	Acordado	33	62	61	43	105	78	69	66	110	108	171	83	989	82		
Mediação Processual	Agendado	91	116	154	103	136	264	233	205	205	93	115	109	1.824	152	48,04%	
	Realizado	31	59	60	24	47	99	21	57	84	65	79	63	689	57		
	Acordado	15	29	24	16	22	61	13	28	38	24	39	22	331	28		
Conciliação Pré-processual	Agendado	797	1.666	1.208	1.218	1.811	1.631	1.825	2.171	1.989	2.630	4.055	2.188	23.189	1.932	69,57%	
	Realizado	538	1.231	857	978	1.133	1.208	1.357	1.246	1.219	1.875	2.683	1.729	16.054	1.338		
	Acordado	432	1.021	690	713	878	940	938	989	951	735	1.994	887	11.168	931		
Conciliação Processual	Agendado	4.300	12.207	8.651	6.138	9.393	11.511	13.436	15.305	12.198	12.271	25.840	7.414	138.664	11.555	31,15%	
	Realizado	3.483	10.178	7.151	4.815	7.667	9.532	11.345	12.745	8.565	9.979	21.488	5.998	112.946	9.412		
	Acordado	1.152	3.486	2.504	1.559	2.373	3.071	3.811	4.568	3.759	2.588	5.435	882	35.188	2.932		
TOTAL AGENDADO		5.313	14.265	10.176	7.669	11.696	13.727	16.108	17.986	14.741	15.198	30.329	9.863				
TOTAL REALIZADO		4.095	11.565	8.142	5.875	8.976	10.938	12.808	14.138	10.007	12.072	24.491	7.906				
TOTAL ACORDADO		1.632	4.598	3.279	2.331	3.378	4.150	4.831	5.651	4.858	3.455	7.639	1.874				

Ao final, de acordo com o gráfico apresentado abaixo, é possível constatar que entre janeiro/2022 a 31/08/2022 houve uma queda na quantidade de acordos realizados, uma vez que de 17.164 (dezessete mil e cento e sessenta e quatro) audiências realizadas, apenas 9.672 (nove mil e seiscentos e setenta e dois) restaram frutíferas, somando 56,35% (cinquenta e seis vírgula trinta e cinco por cento).

Processos Físicos + PJe



Embora o ano de 2022, no que se refere aos meses de janeiro a agosto, não tenham sido tão efetivos quanto os demais anos, é notório o crescente desenvolvimento do CEJUSC, principalmente em seu Setor Pré-Processual, uma vez que sua instalação é algo extremamente novo e que ainda resta ser implementado em diversas regiões do Estado de Minas Gerais. Portanto, para a real análise da eficácia dos métodos autocompositivos no setor supracitado é fundamental um olhar em sentido amplo, de modo que entre os anos de 2019 e 2021 foram efetivados um grande número de acordos, o que demonstra um alto percentual de efetividade. No entanto, o fato de no ano de 2022 haver menos acordos realizados não reflete, no geral, a eficácia ou não dos métodos ora estudados. É importante salientar também que os dados apresentados são relativos até o mês de agosto, haja vista a não disponibilização dos demais meses para uma possível verificação.

CONCLUSÃO

A utilização dos métodos autocompositivos no Setor Pré-Processual no CEJUSC mostrou-se um grande avanço no que tange ao incentivo às formas consensuais de resolução de conflitos, bem como um instrumento ao Princípio do Acesso à Justiça, haja vista a possibilidade de qualquer pessoa distribuir uma reclamação pré-processual, visando chamar a outra parte para uma audiência de conciliação. Outrossim, foi demonstrado através do presente trabalho a importância da aplicação de meios alternativos para a solução das controvérsias, uma vez que o Poder Judiciário possui inúmeras demandas e deve respeitar um rito específico de

acordo com cada caso concreto. Os meios alternativos, por outro lado, são mais céleres e menos burocráticos, o que auxilia e incentiva a desjudicialização.

Com base na doutrina e na jurisprudência explicitados no presente artigo, é notório que o Poder Judiciário não é a única forma de pôr fim a uma pretensão resistida, e o Setor Pré-Processual instalado no CEJUSC contribui ativamente para a quebra da litigiosidade, buscando a mudança da mentalidade judicialista presente no Brasil.

Portanto, levando em consideração os dados estatísticos ora apresentados referentes aos anos de 2019 a 31 de agosto de 2022, e a porcentagem de acordos realizados em cada ano, sendo essas: 70,53%, 61,6%, 69,57% e 56,35%, é perceptível que houve uma eficácia acima de 50% em todos os anos de atuação do CEJUSC, sendo um fator relevante para se considerar em relação a sua eficácia. Fica demonstrado, dessa forma, que os métodos autocompositivos no Setor Pré-Processual nos CEJUSC's do Estado de Minas Gerais são eficazes, o que não obsta sua constante evolução e melhora, visto se tratar de um setor relativamente novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 03 de junho de 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Recurso Especial n. 1795403/RJ**. Relator: João Otávio de Noronha. Brasília, 14 de agosto de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE n. 1391514/SC**. Relator: Roberto Barroso. Brasília, 23 de novembro de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Mediação Judicial**. 6ª Edição. Brasília, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 125**. Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 873**. Brasília, 2021.

DONIZETTI. Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 23ª Edição, Revista Atualizada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2020.

DONIZETTI. Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 20ª Edição, Revista Atualizada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado** – 8. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

LIMA. Vamberth Soares de Sousa. **A autotutela, a autocomposição e a heterocomposição: um breve histórico sobre os métodos de solução de conflitos**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 11, nov. 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Agravo de Instrumento n. 10000230101537002**. Relator: Yeda Athias. Belo Horizonte, 27 de julho de de 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Cível n. 1.0000.23.090711-5/001**. Relator: Gilson Soares Lemes. Belo Horizonte, 16 de agosto de 2023.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 9ª Edição, Revista Ampliada e Atualizada. Salvador: Juspodivm, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 10ª Edição, Revista Ampliada e Atualizada. Salvador: Juspodivm, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 55ª Edição, Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.